



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

51

Q

246

QUARTA CÂMARA CRIMINAL
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 188409-1
COMARCA: RECIFE – PE
EXCIPIENTE: LUCIANO SILVA DE SOUZA
EXCEPTO: O JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA PRIVATIVA DO JÚRI
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

5511

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. VARA DO JÚRI. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ROL DO ART. 254 DO CPP É TAXATIVO. ALEGAÇÃO NÃO SE AJUSTA AS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE PESSOAL DO EXCEPTO – EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO REJEITADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Alegação de suspeição que não se enquadrar nas hipóteses elencadas no art. 254, do Código de Processo Penal, não deve ser acolhida se nenhum interesse ou sentimento pessoal do excepto em referência ao excipiente tiver sido comprovado.
2. Portanto, despacho de expediente que determina a volta dos autos conclusos para pronúncia não configura motivo para declarar suspeição de juiz da causa de pedido fora das hipóteses do art. 254 do CPP.
3. Exceção que se rejeita por falta de amparo legal.

ACÓRDÃO

52
247

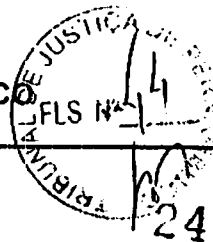
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Exceção de Suspeição nº 188409-1 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em rejeitar a Exceção de Suspeição e determinar o arquivamento dos autos, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 188409-1

COMARCA: RECIFE – PE

EXCIPIENTE: LUCIANO SILVA DE SOUZA

EXCEPTO: O JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA PRIVATIVA DO JÚRI

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de Exceção de Suspeição requerida por Luciano Silva de Souza, do juiz de Direito da 2ª Vara Privativa do Júri da comarca do Recife, nos autos do processo nº 001.2005.125024-2, nos termos seguintes:

Fundamenta o pedido de suspeição do juiz *a quo* no despacho de fls 176, dos autos que determina que “voltem os autos conclusos para a prolatação da decisão de pronúncia”, sob o argumento de que nessa fase não se pode falar em decisão de pronúncia, alegando, que a decisão pode ser a absolvição sumária do excipiente.

Aduz, que houve prejulgamento pelo excepto, pois já se sabia qual seria a decisão. Acrescenta, que a imparcialidade do julgador é indispensável ao exercício da jurisdição. Ao final, pugna pelo recebimento do pedido, suspendendo-se a marcha processual, com remessa dos autos ao juiz substituto.

Instruem o pedido os documentos de fls 5/26.

O douto Procurador de Justiça Renato da Silva Filho, em seu parecer entende que apesar de muito comum a terminologia utilizada nenhuma conseqüências grave trouxe ao processamento da ação penal. Não foi aplicada melhor técnica redacional, portanto, não se pode afastar magistrado em função daquele despacho. Observa-se que a suspeição foi ferramenta para atingir o juiz. Opina pela rejeição.

É O RELATÓRIO.

Acsl



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

53

9

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO: Nº 188409-1

249

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO

EXCIPIENTE: LUCIANO SILVA DE SOUZA

EXCEPTO: O JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DO RECIFE

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de Exceção de Suspeição argüida pelo excipiente Luciano Silva de Souza nos autos da ação penal de nº 2005.125024-2 contra o Dr. Sylvio Paz Galdino de Lima, que responde pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Privativa do Júri da Comarca do Recife.

Alega o excipiente que a autoridade excepta, ou seja, o referido magistrado não seria isento para o julgamento da ação, uma vez que na ação penal que tramita em seu desfavor, exarou o seguinte despacho: "voltem-me os autos conclusos para a prolação da decisão de pronúncia". Agindo assim o excepto teria antecipado a sua decisão, tornando-se, desta maneira, suspeito para julgar os autos.

Ao responder a arguição de Exceção de Suspeição, às fls. 21 a 22, o excepto salientou que em momento algum realizou juízo de pré-julgamento ao determinar que os autos viessem conclusos para prolação da decisão de pronúncia, até porque tal despacho com aquela linguagem é um ato comum no procedimento jurídico.

pmbm 1

54

Alega ainda o excepto que a insatisfação do excipiente não decorre do despacho acima citado, mas do indeferimento do pedido de folhas 173/174, tendo em vista que a advogada ao deixar de comparecer aos atos processuais, após à audiência de interrogatório, foi determinado por esse Juízo, que o acusado nomeasse novo patrono de sua confiança. Ocorre que o acusado não teve condições de nomear defensor e requereu que lhe fosse nomeado defensor público para dar continuidade a ação penal. O que foi feito de imediato com intuito de assegurar ao requerente o princípio da ampla defesa. Todavia, após tal procedimento a advogada voltou a defender os interesses do acusado, porém, sem a devida procuração. Tendo em concorrência com a defensoria oferecido as alegações finais e logo depois interpôs recurso em sentido estrito da decisão de pronúncia, o que foi novamente indeferido por não constar procuração.

249-A

Analisando os autos, verifica-se que inexistente qualquer motivo legal que fundamente a irrisignação do excipiente contra o magistrado da 1ª Vara Privativa do Júri da Comarca do Recife. Dr. Sylvio Paz Galdino de Lima, de modo a questionar a sua imparcialidade para instruir e julgar a ação penal, tratando-se apenas de inconformismo deste com as decisões proferidas pelo referido magistrado, o que não se amolda a quaisquer das hipóteses preconizadas no art. 254, do Código de Processo Penal.

Como se sabe, o rol das causas de Suspeição, enumeradas no art. 254, do Código de Processo Penal é "numerus clausus", não admitindo ampliações. Nesse sentido, colaciono o entendimento dos nossos Tribunais:

TJMG: "PROCESSUAL PENAL- EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO- ART. 254 DO CPP- ROL TAXATIVO- As causas legais de Suspeição de magistrado estão relacionadas exaustivamente no art. 254 do Código de Processo Penal. O rol é taxativo, não admitindo qualquer ampliação. Exceção rejeitada."(TJMG, 3ª C.Crim, ExcSusp, nº 1.0000.00.261809-4/003, Relª. Desª Jane Silva, V.u., j. 18.06.2002, in DOMG de 14.03.2002)

TJSP: "É de se rejeitar a exceção de suspeição de magistrado se o excipiente não indica alguma das causas configuradoras da parcialidade do excepto elencadas no art. 254, do Código de Processo Penal, cujo rol é taxativo, não comportando ampliação" (RT 693/323).

Este Egregio Tribunal também se inclina nesse sentido:

55
PENAL- PROCESSUAL PENAL- EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPARCIALIDADE DO MAGISTRADO. INOCORRÊNCIA. 1. A alegação do excipiente não se enquadra nas hipóteses taxativamente enumeradas pelo art. 254, do Código de Processo Penal. 2. Não encontra lastro no bojo probatório a afirmação de ausência de parcialidade do juiz; Exceção rejeitada. Decisão unânime. (3ª Câmara Criminal, Exceção de Suspeição de nº 120722-9, Rel. Des. Antônio de Melo e Lima, V. unânime em 09/05/007).

250

Cabe salientar, ainda, que as razões apresentadas pelo excipiente não induzem a suspeição do magistrado, bem como a documentação por ele juntada, posto que não ficou demonstrado nos autos nenhum motivo relevante decorrente de interesses ou sentimentos pessoais por parte do excepto em referência ao excipiente.

Sendo assim, ao meu sentir, a presente Exceção de Suspeição deve ser liminarmente rejeitada uma vez que o fundamento apresentado, inconformismo com as decisões e atos praticados pelo magistrado, no curso da ação penal, não é contemplado pelo Código de Processo Penal.

Posto isto, meu voto é no sentido de ser rejeitada a exceção oposta e determinado o arquivamento do feito

É COMO VOTO.